



## COMITÊ ORIENTADOR DO FUNDO AMAZÔNIA

Registro de Encaminhamentos e Temas – RET da 11ª Reunião

Salão Goiás III – Hotel Tryp Brasil 21 – Brasília – DF

27 de outubro de 2011 – 9h às 17h30min

### PAUTA

9h	Abertura –	Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira Diretor da Área de Meio Ambiente do BNDES, Elvio Gaspar
9h30min		Discussão e aprovação do RET da 10ª Reunião
09h45min	<b>Tema de Pauta 1:</b>	Prorrogação do mandato da Presidência do COFA
10h15min	<b>Temas de Pauta 2:</b>	2.1. Relatório Anual de Atividades do Fundo Amazônia e resultado de auditorias 2.2. Apresentação do trabalho da Comissão para Detalhamento e Estruturação de Projetos – apoio a projetos produtivos sustentáveis 2.3. Proposta de calendário para reunião de discussão das Diretrizes e Critérios de atuação do Fundo Amazônia 2012
13h		<i>Almoço</i>
14h30min	<b>Apresentação de Informes Parte 1</b>	1. Programa de apoio ao CAR 2. Informe do CTFA 3. Carteira do Fundo Amazônia 2011
15h30min	<b>Apresentação de Informes Parte 2</b>	4. Relato de Avaliação do PPCDAM e dos Planos de Controle e Combate ao Desmatamento dos Estados a Amazônia Legal 5. Modalidades de atuação do Fundo Amazônia em outros biomas brasileiros e em países com florestas tropicais 6. Critérios do BNDES para enquadramento de projetos no âmbito do Fundo Amazônia 7. Relato do Seminário sobre Fundo Amazônia realizado pelo Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
17h15min		Encaminhamentos/Definição próxima reunião do COFA
17h30min		Encerramento

## Abertura

Foi distribuída aos participantes uma pasta contendo o seguinte material de apoio:

- 1** Agenda da Reunião
- 2** RET da 10ª Reunião (Minuta)
- Tema de Pauta 1**
- 3** Prorrogação do mandato da Presidência do COFA
  - Página de Instrução
  - Decreto 6527/08
  - Regimento Interno do COFA
- Temas de Pauta 2**
- 4** 2.1. Relatório Anual de Atividades e resultado de auditorias
  - Página de Instrução
  - Relatório Anual de Atividades do Fundo Amazônia 2010 – arquivo doc
  - Parecer e Demonstrações Financeiras 2010
  - Relatório de Asseguração Limitada 2010
- 5** 2.2. Comissão para Detalhamento e Estruturação de Projetos – apoio a projetos produtivos sustentáveis
  - Página de Instrução
  - Minuta de Trabalho – Chamada Pública
- 6** 2.3. Proposta Calendário – Diretrizes e Critérios 2012
  - Página de Instrução
- 7** **Apresentação de Informes Parte 1**
  - Programa de apoio ao CAR
  - Informe Carteira – posição 15 outubro 2011
  - Boletim nº 18 – notícias setembro 2011
- 8** **Apresentação de Informes Parte 2**
  - PPT “Critérios vigentes para o apoio do Fundo Amazônia a outros biomas e países”
- 9** Tabela de Recomendações do COFA
- 10** Lista de Integrantes do COFA

## **Abertura dos trabalhos pela Presidente do COFA**

Verificado o atendimento do quorum, a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, Presidente do COFA, iniciou a reunião dando boas vindas aos presentes e saudando os novos membros.

A Presidente do COFA iniciou os trabalhos com algumas considerações sobre o período inicial de operação do Fundo Amazônia e registrou que agora estava se iniciando um novo momento na sua gestão.

Que em sua fase inicial houve um intenso trabalho para a sua concepção e negociação, tendo contado com esforços não só do governo brasileiro, mas também da sociedade civil, envolvendo inclusive negociações internacionais.

A Ministra comentou que em sua nova fase o Fundo Amazônia deverá ganhar envergadura em suas operações, bem como contribuir para o fortalecimento da cooperação sul - sul com países detentores de expressivos maciços florestais.

Mencionou, ainda, o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente em conjunto com o Ministério da Ciência e Tecnologia de construção de uma nova abordagem ambiental englobando a questão do clima, da conservação da biodiversidade e do desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação. Quanto ao clima, está sendo dado especial foco para a questão dos desastres naturais e de implantação da política nacional de mudanças climáticas. Nesse contexto, informou que o Fundo Clima fez o primeiro desembolso para o Centro de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

Ressaltou o compromisso do Fundo Amazônia com o combate ao desmatamento ilegal e com a redução das emissões de gases de efeito estufa associadas ao desmatamento na Amazônia. Nessa linha enfatizou que essa deve ser uma bandeira de todos os parceiros do Fundo Amazônia, devendo o COFA ser um promotor e facilitador, do ponto de vista político, para a ampliação da envergadura das ações do Fundo.

Destacou que o atual momento político é de convergência dos atores para dar resposta às demandas da sociedade brasileira. Assim o COFA, além de seu papel deliberativo para a implantação do Fundo, deverá assumir também um papel estratégico, nas arenas nacional e internacional, recepcionando debates políticos e técnicos sobre as questões que são desafiadoras para o desenvolvimento regional da Amazônia.

A Ministra disse, ainda, que o Ministério do Meio Ambiente vem desenvolvendo diálogo com os demais ministérios em fóruns específicos, para permitir uma interlocução diferenciada de construção de uma visão de futuro ambientalmente sustentável.

Acrescentou que o Fundo Amazônia deverá, nesta nova fase, estabelecer maior coordenação entre os atores do governo e da sociedade civil, a fim de permitir a ampliação da escala de suas intervenções, com o desenvolvimento de soluções da ciência e a implementação de agenda social inclusiva.

Salientou que não podemos ter desenvolvimento sustentável sem inovação tecnológica. E ainda, que o Fundo Amazônia precisa ser protagonista na condução dessa nova visão de políticas públicas, inclusive com o engajamento social, participando do debate estratégico de formulação e construção de soluções permanentes.

A Ministra Izabella Teixeira declarou que nesse novo momento do Fundo Amazônia não basta buscar maior agilidade em sua atuação. Também deverá ser perseguida a simplificação de procedimentos operacionais, associada ao olhar estratégico de apoio a ações estruturantes.

Fazendo referência a um dos temas da agenda da reunião, que versa sobre a estruturação de pequenos projetos, manifestou que a busca pela celeridade deve ser moderada pelo necessário atendimento ao ordenamento legal nacional. Não obstante, entendeu que o Fundo Amazônia, observadas todas as salvaguardas, deverá ser mais ambicioso no estabelecimento de novas parcerias.

Com relação ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), mencionou que a sua concepção partiu da sociedade civil e do Ministério do Meio Ambiente, e que este está dando bons resultados no Pará. Para que esses bons resultados sejam ampliados será necessária a adesão de outros estados e municípios, devendo o CAR ser percebido como um instrumento consolidado de política pública estruturante para a regularização ambiental e a produção sustentável.

Mencionou, ainda, que deve ser dado à sociedade brasileira o sentido completo da envergadura política do Fundo Amazônia, que mais uma vez projeta o Brasil no cenário mundial na questão da conservação da biodiversidade e da proteção das florestas.

Por fim, destacou que não se faz política ambiental sem participação social, devendo o Fundo Amazônia contribuir não só para o fortalecimento da gestão ambiental pública mas também para o fortalecimento das organizações da sociedade civil.

### **Pronunciamento do Diretor da Área de Meio Ambiente do BNDES**

O Diretor do BNDES, Elvio Gaspar, mencionou que a primeira fase do Fundo Amazônia se caracterizou por um período de experimentação, sendo que nessa fase os recursos disponíveis eram limitados, forçando o estabelecimento de limites máximos de apoio do Fundo por projeto.

Destacou que nos dois primeiros anos do Fundo Amazônia foi feito um importante trabalho de lançamento do Fundo, de aprendizado, de identificação do que dá certo e de realização das suas primeiras operações.

Informou que a Ministra Izabella Teixeira havia manifestado ao BNDES que o Fundo Amazônia deveria entrar em uma nova fase, apesar dos indicadores de redução do desmatamento estarem muito positivos; que era necessário manter a taxa de decréscimo do desmatamento e que o Fundo Amazônia deveria contribuir mais vigorosamente para esse fim.

O Diretor do BNDES mencionou que, a partir da orientação da Ministra de Meio Ambiente, o Banco refletiu e promoveu uma reorganização interna para melhor operar

o Fundo Amazônia nessa nova etapa. Essa reconfiguração interna colocou sob sua coordenação a área de meio ambiente, a área social e a área de agricultura e inclusão social.

Elvio Gaspar mencionou, ainda, que o Fundo Amazônia recebeu doação de um novo parceiro, a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS.

Refletindo sobre a estratégia do Fundo Amazônia nessa nova fase, o Diretor do BNDES mencionou que o Banco logrou uma grande vitória no apoio à geração de renda nos projetos de inclusão social quando foram estabelecidas parcerias com os estados da federação. No caso da Amazônia, defendeu a criação de alternativas de renda para que a repressão ao desmatamento possa ser feita sem a expulsão da população da região.

Com relação à atuação do BNDES, ressaltou que o banco está se movendo na direção de se tornar um “banco verde”. Mas que essa mudança requer paciência e perseverança, já que não é imediata a mudança de modelos produtivos implantados ao longo de 500 anos de história.

Nesse contexto, exemplificou iniciativas que têm se mostrado positivas, tais como o novo formato de apoio do BNDES para a construção de arenas esportivas para a Copa do Mundo, em que foi estabelecido que só serão apoiadas arenas que comprovem que o projeto é objeto de análise por entidade certificadora de qualidade ambiental.

Ou ainda, que associado à Copa do Mundo e às Olimpíadas, foi lançada uma nova linha de apoio à construção e reforma de hotéis. Nesse caso, está sendo oferecido aos empreendedores um prazo estendido e uma taxa de juros mais favorável quando é apresentada certificação de eficiência energética e construção sustentável.

Neste contexto, Elvio Gaspar ressaltou que é necessário dar um salto na escala de atuação do Fundo Amazônia. Mencionou que o BNDES está colaborando em um grupo de trabalho sob a direção do Ministério do Meio Ambiente, que tem por finalidade identificar projetos estruturantes a serem apoiados pelo Fundo Amazônia.

Sobre a gestão do Fundo Amazônia, destacou que o caminho é a construção de parcerias, já que o Banco não tem condições de aprovar um elevado número de operações diretas de baixo valor unitário. Nessa linha manifestou que os estados e os municípios são os parceiros naturais do Fundo Amazônia, e que uma agenda inicial poderia ser a regularização ambiental e o CAR (cadastro ambiental rural), projetos de geração de trabalho e renda e de fortalecimento institucional das secretarias de meio ambiente estaduais e municipais. Declarou que sem o envolvimento técnico e político dos estados não será possível o pleno desempenho do Fundo Amazônia em sua nova fase.

O Diretor do BNDES acrescentou que um segundo bloco de parceiros são os atores do governo federal, especialmente nas suas vertentes de fiscalização e desenvolvimento científico e tecnológico. Um terceiro conjunto de parceiros são as organizações não governamentais, que têm diversas atividades associadas à população local, como geração de trabalho e renda e o fortalecimento dos movimentos sociais.

Por fim manifestou que o esforço deve ser coletivo, devendo contar com a participação dos membros do COFA para que possam ser construídos e implementados projetos que permitam a mudança de escala da atuação do Fundo Amazônia.

### **1. Discussão e aprovação do RET da 10ª Reunião do COFA**

A Ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira perguntou aos Membros do Comitê se alguém teria alguma proposta de ajuste ou de aprimoramento com relação à redação da RET da 10ª Reunião do COFA. Todos estando de acordo, foi aprovada por unanimidade a RET da 10ª Reunião do COFA.

### **2. Aprovação da Pauta**

A pauta foi aprovada com a inversão da ordem de deliberação dos seguintes itens de pauta: 2.1 e 2.2; 4 e 5; 6 e 7.

### **3. Tema de pauta 1:**

#### **Prorrogação do mandato para a Presidência do COFA**

Mauro Pires, do MMA, relatou que na reunião passada do COFA foi decidida a prorrogação por um ano do mandato da Presidente do COFA, encerrando-se esse mandato ainda em 2011. Afirmou que essa prorrogação foi para evitar descontinuidade das atividades do COFA, tendo em vista a sua coincidência com as eleições de 2010.

Adriana Ramos, da FBOMS, propôs que o novo mandato para a presidência do COFA seja de dois anos para evitar nova coincidência com um ano eleitoral, propondo, ainda, a reeleição da Ministra Izabella Teixeira.

O representante do Estado do Mato Grosso, Vicente Falcão, reforçou a proposta de recondução ao cargo da Ministra Izabella Teixeira.

Os membros do COFA deliberaram e elegeram por unanimidade, como Presidente do COFA, a Ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira, com novo mandato de dois anos a vigorar a partir do término do último mandato.

A Ministra Izabella Teixeira agradeceu a confiança nela depositada e no Ministério do Meio Ambiente, reafirmando seu compromisso com o aprimoramento e a ampliação da envergadura da atuação do Fundo Amazônia.

<b>Decisões e encaminhamentos</b>
Os membros do COFA elegeram, por unanimidade, como Presidente do COFA, a representante do Ministério do Meio Ambiente, a Ministra Izabella Teixeira, com mandato de dois anos e termo final no dia 22.10.2013.

#### **4. Tema de pauta 2:**

##### **4.1. Apresentação do trabalho da Comissão para Detalhamento e Estruturação de Projetos – apoio a projetos produtivos sustentáveis**

No decorrer deste item da pauta, a Presidente do COFA, Ministra Izabella Teixeira, necessitou se ausentar da reunião, que passou a ser conduzida por seu suplente, Mauro Pires (MMA), que solicitou a Adriana Ramos (FBOMS) que fizesse uma síntese das conclusões alcançadas pela Comissão para Detalhamento e Estruturação de projetos – apoio a projetos produtivos sustentáveis.

Adriana Ramos relatou que a comissão fez diversas reuniões sobre o tema e concluiu pela realização de uma chamada pública de projetos produtivos sustentáveis, a fim de atender os povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, assentados e agricultores familiares, público alvo prioritário do Fundo Amazônia.

Informou que a comissão recomenda:

- o apoio a projetos de manejo florestal madeireiro e não madeireiro, aquíicultura e arranjos de pesca e sistemas agroecológicos e agroflorestais;
- que os projetos possam ser apresentados nas modalidades individual e aglutinadora, entendendo-se como modalidade aglutinadora o empreendimento gerenciado por uma entidade e composto por no mínimo seis e no máximo 20 subprojetos de outras entidades;
- que sejam selecionados até 30 projetos, sendo 20 na modalidade individual e 10 na modalidade aglutinadora;
- que na modalidade individual seja estabelecido o limite mínimo de apoio de R\$ 250.000,00 e o limite máximo de R\$ 500.000,00 e que na modalidade aglutinadora o limite mínimo seja de R\$ 1.000.000,00 e o máximo de 2.000.000,00, sendo o limite máximo de cada subprojeto de R\$ 300.000,00; e
- que sejam destinados até R\$ 30.000.000,00 para a chamada pública.

Adriana Ramos prestou, ainda, outros esclarecimentos sobre a proposta de chamada pública, tais como as entidades que poderão se candidatar, os critérios de seleção, a composição da comissão de seleção e classificação de projetos e o tratamento a ser dado às despesas administrativas associadas aos projetos.

Mauro Pires (MMA) apresentou a proposta de que seja excluída dessa chamada pública a modalidade individual e que, mantidas todas as demais condições, sejam ampliados os valores propostos: (i) o valor dos projetos apresentados por cada entidade aglutinadora deverá estar entre R\$ 2.000.000,00 e R\$ 10.000.000,00; (ii) o valor máximo de cada subprojeto será de R\$ 500.000,00; (iii) o valor total apoiado pela chamada pública poderá ser de R\$ 30.000.000,00 a R\$ 50.000.000,00.

Os membros do COFA debateram o tema apresentado e recomendaram que seja acrescentada à Comissão de Seleção e Classificação dos Projetos prevista na chamada pública outros dois membros, sendo um indicado pelo Fórum dos Secretários de Meio Ambiente da Amazônia Legal e outro pelo Ministério de Ciência e Tecnologia. Solicitaram ainda que o Ministério do Meio Ambiente e o BNDES tragam para a próxima reunião do COFA uma nova proposta de apoio à modalidade

individual por meio de parceiros estratégicos e que seja acrescentado na chamada pública o apoio à agricultura orgânica.

Os membros do COFA convergiram para o entendimento de que a Comissão de Seleção e Classificação de projetos deverá promover as adequações necessárias para o fechamento da chamada pública, bem como estabelecer o seu próprio funcionamento e sistemática de votação. Também manifestaram que deverão ser promovidas outras chamadas públicas em diferentes temas, tais como populações e terras indígenas e serviços ambientais.

#### **Decisões e encaminhamentos**

1. Aprovada a realização de chamada pública para a seleção de projetos produtivos sustentáveis para a modalidade aglutinadora apresentada pela Comissão para Detalhamento e Estruturação de Projetos – Apoio a Projetos Produtivos Sustentáveis.

2. Foi decidido que, mantidas todas as demais condições, sejam ampliados os valores propostos para a modalidade aglutinadora: (i) o valor dos projetos apresentados por cada entidade aglutinadora deverá estar entre R\$ 2.000.000,00 e R\$ 10.000.000,00; (ii) o valor máximo de cada subprojeto será de R\$ 500.000,00; (iii) o valor total apoiado pela chamada pública poderá ser de R\$ 30.000.000,00 a R\$ 50.000.000,00;

3. A Comissão de Seleção e Classificação de projetos deverá promover as adequações necessárias para o fechamento da chamada pública da modalidade aglutinadora, bem como detalhar seu próprio funcionamento e sistemática de votação;

4. Inclusão, na Comissão de Seleção e Classificação de projetos, de mais dois membros, um a ser indicado pelo Fórum dos Secretários de Meio Ambiente da Amazônia Legal e outro a ser indicado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia;

5. Para a modalidade individual, originalmente prevista na proposta da Comissão para Detalhamento e Estruturação de Projetos – Apoio a Projetos Produtivos Sustentáveis, deliberou-se a realização de chamada pública específica, por meio de parceiros estratégicos, a ser apresentada pelo BNDES na próxima reunião do COFA.

#### **4.2. Relatório Anual de Atividades do Fundo Amazônia e resultado de auditorias**

Mauro Pires (MMA) comunicou que o Relatório Anual de Atividades do Fundo Amazônia, relativo ao ano de 2010, foi aprovado pelos membros do COFA, por meio eletrônico, em 17.10.2011. Esclareceu que não obstante o Relatório já ter sido aprovado, o tema foi incluído na pauta considerando que também participam da reunião do COFA especialistas, convidados e observadores que não tiveram acesso a esse documento.

Os representantes do BNDES mencionaram que o Relatório Anual de Atividades do Fundo Amazônia será traduzido para o inglês e disponibilizado aos doadores do Fundo e ao público em geral. Junto com esse relatório foram disponibilizados aos



membros do COFA os correspondentes pareceres de auditoria financeira e de conformidade.

#### **Decisões e encaminhamentos**

Aprovada a prestação de contas do Fundo Amazônia relativa ao ano de 2010 e o correspondente Relatório Anual do Fundo Amazônia, acompanhados dos pareceres da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre suas demonstrações financeiras e o parecer da UHY Moreira Auditores sobre a conformidade dos projetos apoiados com as normas e diretrizes desse Fundo.

#### **4.3. Proposta de calendário para reunião de discussão das Diretrizes e Critérios de atuação do Fundo Amazônia 2012**

Mauro Pires (MMA) lembrou que entre as competências do COFA se encontra a atribuição de estabelecer diretrizes e critérios de aplicação dos recursos do Fundo Amazônia.

Propôs que os membros do COFA encaminhem para a Secretaria do Fundo Amazônia suas propostas de alterações dessas Diretrizes e que seja realizada uma reunião no final de novembro para consolidar essas sugestões, com a participação de todos os membros do COFA que tiverem disponibilidade.

Propôs, por fim, que a próxima reunião do COFA seja na semana de 13 a 16 de dezembro de 2011, quando serão discutidas e aprovadas as Diretrizes e Critérios para Aplicação do Fundo Amazônia.

#### **Decisões e encaminhamentos**

Os membros do COFA encaminharão para a Secretaria do Fundo Amazônia suas propostas de alterações das Diretrizes e Critérios de Apoio do Fundo Amazônia e que será realizada uma reunião preparatória para consolidar essas propostas, com a participação de todos os membros do COFA que tiverem disponibilidade, no final de novembro de 2011.

Na próxima reunião do COFA, a ser realizada na semana de 13 a 16 de dezembro de 2011, serão discutidas e aprovadas as Diretrizes e Critérios para Aplicação do Fundo Amazônia.

### **5. Apresentação de Informes Parte 1:**

#### **5.1. Programa de apoio ao CAR**

Mauro Pires (MMA) convidou Nazaré Soares, do Ministério do Meio Ambiente, a fazer uma apresentação sobre o Programa de Apoio ao Cadastramento Ambiental Rural

(CAR). Esclareceu que essa iniciativa conjunta do Ministério do Meio Ambiente e do BNDES objetiva facilitar a organização dos projetos que vierem a tratar de CAR no âmbito do Fundo Amazônia, ao proporcionar um roteiro e parâmetros mínimos a serem observados.

Nazaré Soares (MMA) traçou um breve histórico sobre o trabalho de CAR na Amazônia, salientando que essa atividade vem se concentrando nos municípios que se encontram na lista dos municípios prioritários para a prevenção, monitoramento e controle do desmatamento ilegal e também em três municípios do Acre, que não se encontram na referida lista.

Aproveitou, ainda, para sumarizar a evolução das atividades de CAR na região amazônica e como essas atividades vêm se desenvolvendo nos estados, tendo destacado que os estados de Mato Grosso e Pará são as unidades federativas onde a agenda do CAR está com o processo mais avançado.

Entre os méritos da adesão ao CAR, destacou que passa a ser possível distinguir o desmatamento legal do ilegal e a identificação do responsável pelo imóvel onde ocorreu o desmatamento; aumenta o conhecimento sobre os remanescentes florestais privados; facilita o planejamento de corredores ecológicos; constitui o primeiro passo no processo de regularização ambiental dos produtores rurais; permite a comprovação da regularidade do produtor rural diante dos demais elos da cadeia produtiva que integra (frigoríficos e exportadores de soja); suspensão de certas multas ambientais (ressalvada a responsabilidade do produtor rural pela recuperação do passivo) e permite o acesso desses produtores ao crédito agrícola.

Nazaré Soares (MMA) finalizou sua apresentação destacando as condições mínimas e os principais aspectos do Programa Fundo Amazônia / Ministério do Meio Ambiente de apoio ao Cadastramento Ambiental Rural.

Claudia Costa (BNDES) informou que os detalhes do programa de apoio ao CAR já podem ser acessados na página do Fundo Amazônia na Internet e esclareceu que quando um estado é o proponente de um projeto de CAR não se aplica a limitação de projeto com no máximo 10 municípios. Elvio Gaspar (BNDES) manifestou, ainda, que seria favorável se os estados apresentassem projetos que englobassem a adesão ao CAR em todos os municípios de seu território, para massificar esse processo.

Mauro Pires (MMA) finalizou informando que o Ministério do Meio Ambiente analisa a expansão da experiência do CAR para o bioma cerrado. Ressaltou que a iniciativa do CAR objetiva especialmente a regularização ambiental das propriedades rurais, dando segurança à produção e garantindo a conservação e a recuperação das florestas.

## **5.2. Informe do CTFA**

Inicialmente Mauro Pires (MMA) lembrou ao COFA que compete ao Comitê Técnico do Fundo Amazônia atestar os cálculos do Ministério do Meio Ambiente relativos às emissões de carbono oriundas de desmatamento, bem como a quantidade de carbono por hectare utilizado no cálculo dessas emissões.

Mencionou, também, que o CTFA vem manifestando interesse em ampliar as suas atribuições. Nesse contexto, solicitou a Carlos Nobre (MCTI) que apresentasse a opinião dos membros do CTFA sobre a eventual ampliação de suas atribuições.

Carlos Nobre (MCTI) informou que os membros do CTFA, em uníssono, concordam que o papel do CTFA está muito limitado e que deveria ser ampliado. Entendem que esse comitê poderia ter uma função de informar e assessorar o processo decisório do Fundo Amazônia.

Manifestou que o CTFA poderia se tornar um órgão de referência no entendimento mais amplo da questão do desmatamento, das emissões de carbono daí oriundas, da relação entre alterações do uso da terra e do desmatamento, dentre outros temas. Identificou, ainda, como possível área de colaboração do CTFA, a realização de avaliações de efetividade de programas ou linhas de ação do Fundo Amazônia.

Os membros do CTFA entendem que esse Comitê também poderia contribuir para a identificação das novas áreas a serem contempladas pelo Fundo Amazônia, em função das reflexões que nascem dos avanços científico-tecnológicos, inclusive daqueles voltados para a economia, humanidades e ciências sociais.

Carlos Nobre salientou que o CTFA precisará, caso venha a ter as suas atribuições ampliadas, de um número maior de membros, já que atualmente conta com apenas seis especialistas. E ainda, que precisará contar com o apoio de uma secretaria estruturada para dar apoio operacional e com o orçamento do Fundo Amazônia, de modo que seja possível contratar estudos e consultorias técnico-científicas.

Declarou, também, que essa ampliação das atribuições do CTFA não implicará na duplicação das atribuições do CGEE - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, já que o CTFA tem natureza representativa. Ressaltou que, com a ampliação das atribuições do CTFA, o CGEE será naturalmente um dos lugares onde o CTFA buscará competências e comissionará estudos, sem prejuízo de eventuais contratações diretas na comunidade científica brasileira ou no exterior. Concluiu que, nesse novo formato, o CTFA estará apto a disponibilizar o melhor suporte técnico-científico para a tomada de decisões do COFA.

Mauro Pires (MMA) informou que a proposta de modificação do CTFA visa ampliar as suas atribuições, sem prejuízo da continuidade de sua atual função de atestar os cálculos do Ministério do Meio Ambiente relativos às emissões de carbono oriundas de desmatamento.

Em face das considerações apresentadas, os membros do COFA deliberaram que o Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA) apresentará, na próxima reunião do COFA, uma proposta de ampliação das atribuições desse Comitê Técnico e do número de seus membros, devendo previamente encaminhar aos membros do COFA uma minuta do documento que sumarie a sua proposta.

Decisões e encaminhamentos
O Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA) apresentará, na próxima reunião do COFA, uma proposta de ampliação das atribuições desse Comitê Técnico e do número de seus membros, devendo previamente encaminhar aos membros do COFA uma minuta do documento que sumarie a sua proposta.

### 5.3. Carteira do Fundo Amazônia 2011

Claudia Costa (BNDES) fez um relato sobre a carteira do Fundo Amazônia, apresentando as estatísticas (em 15.10.2011), bem como fez um breve balanço sobre os resultados do fundo desde o início de sua operação, em meados de 2009.

Na oportunidade mencionou um estudo da consultoria internacional McKinsey, elaborado em 2009 especificamente para o Fundo Amazônia, destacando que o marco setorial para fundos análogos é o de evolução por três fases, podendo a 1ª fase, anos um e dois, ser caracterizada como de aprendizado e inovação, a 2ª fase, anos 3 a 5, de expansão de programas e inovação e a 3ª fase, ano 5 em diante, de criar sobre o sucesso.

Informou que nessa primeira fase do Fundo Amazônia foram aprovados 20 projetos, totalizando um apoio de R\$ 234 milhões em atividades produtivas sustentáveis, desenvolvimento institucional de órgãos ambientais, regularização ambiental e fundiária e ciência, tecnologia e inovação (CT&I).

Sobre a distribuição dos projetos por beneficiários, mencionou que 10 dos projetos são com entidades do terceiro setor; cinco de apoio direto com instituições dos estados e cinco com os municípios da região.

Apresentou gráficos que retratam a evolução do perfil da carteira, a abrangência territorial dos projetos, a natureza jurídica dos postulantes e a distribuição dos valores solicitados por estado.

Apresentou, também, os resultados esperados quando da implementação integral dos 20 projetos aprovados pelo Fundo Amazônia, a saber:

- 129 municípios beneficiados no Bioma Amazônia (25% dos municípios), onde 29 municípios fazem parte lista dos municípios onde incidem ações prioritárias de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento ilegal;
- Área reflorestada e recuperada: 4.031 km<sup>2</sup>, o equivalente a 62% da área desmatada na Amazônia em 2010;
- Número de nascentes recuperadas: 1.202
- Consolidação de 82 Unidades de Conservação federais e estaduais, totalizando 420 mil km<sup>2</sup> (33% da área de UCs Federais e Estaduais na Amazônia Legal);
- Criação de novas Unidades de Conservação, totalizando 135 mil km<sup>2</sup> (11% de incremento da área atual de UCs Federais e Estaduais na Amazônia Legal);
- Estruturação física e operacional de 58 Órgãos de Meio Ambiente;
- Capacitação de 3.124 servidores para a atuação em controle e monitoramento ambiental;
- Capacitação de 13.307 pequenos produtores rurais e habitantes de comunidades tradicionais, inclusive indígenas;
- 8.467 assistências técnicas prestadas aos produtores rurais;

- 12.219 famílias beneficiadas por pagamentos de serviços ambientais (“Bolsa Floresta”);
- 7.000 indígenas da etnia Kayapó beneficiados com projetos socioambientais e 106 mil km<sup>2</sup> de terras indígenas monitoradas (10% das terras indígenas na Amazônia Legal);
- R\$ 15,8 milhões destinados a projetos de C,T&I.

Relatou que a equipe do Fundo Amazônia vem trabalhando no desenvolvimento de novos conceitos e formatos de atuação desse Fundo, explorando a possibilidade do estabelecimento de parcerias estratégicas com entidades aglutinadoras e estados da região. Mencionou que nessa linha o Fundo Amazônia já definiu seu apoio aos projetos da Fundação Amazônia Sustentável (FAS), Fundo Dema (FASE) e Fundo Kayapó de Conservação em Terras Indígenas (FUNBIO), todos contemplando o apoio pulverizado, sendo que as duas últimas operações captarão projetos por chamadas públicas.

Relatou, ainda, que entre os novos formatos possíveis está sendo considerado o instrumento da premiação, bem como o estabelecimento aperfeiçoado de fundos patrimoniais (“endowment funds”) que confirmam sustentabilidade financeira às iniciativas que requeiram apoio continuado.

Por fim destacou que nessa nova fase do Fundo Amazônia também se coloca o desafio de como este irá atuar internacionalmente no desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento.

## **6. Apresentação de Informes Parte 2:**

### **6.1. Modalidades de atuação do Fundo Amazônia em outros biomas brasileiros e em países com florestas tropicais**

André Odenbreit (MRE) comentou que o Fundo Amazônia, em sua fase inicial de implementação, dedicou-se ao seu foco principal de combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável no Bioma Amazônia.

Lembrou que o Fundo Amazônia está autorizado a aplicar até 20% de seus recursos no desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em outros países tropicais.

Ressaltou que este tipo de apoio do Fundo Amazônia irá requerer a construção de diretrizes e critérios bastante específicos, haja vista a sensibilidade política associada a projetos internacionais e as dificuldades específicas impostas por um instrumento de cooperação simultaneamente nacional e internacional.

Mencionou, ainda, que será necessário definir como e por meio de que atores se dará o monitoramento desses projetos. Por fim destacou que as soluções construídas devem ser ágeis e que o Ministério do Meio Ambiente, o Itamaraty, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o BNDES estão elaborando uma proposta de diretrizes a ser apresentada ao COFA em sua próxima reunião.

## **6.2. Relato de Avaliação do PPCDAM e dos Planos de Controle e Combate ao Desmatamento dos Estados da Amazônia Legal**

Mauro Pires (MMA) solicitou a Johaness Eck (Casa Civil da Presidência), coordenador da Comissão Executiva do PPCDAM no âmbito do Governo Federal, que fizesse um relato sobre o desenvolvimento desse plano.

Johaness Eck informou que o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal tem produzido resultados positivos na redução do desmatamento, mas que para atingir a meta de redução do desmatamento estabelecida para 2020 será necessário que o PPCDAM continue a dar bons resultados.

Nesse contexto, informou que o IPEA, a CEPAL e a GIZ realizaram uma avaliação externa sobre os resultados do PPCDAM. Como parte desse processo de avaliação foi realizado um seminário para discutir o PPCDAM, devendo o relatório final ser disponibilizado na Internet.

Johaness Eck convidou os membros do COFA a contribuírem na formulação dessa revisão do PPCDAM, que também deverá receber subsídios dos governos estaduais e da sociedade civil.

Por fim antecipou algumas das linhas de trabalho já identificadas para o aperfeiçoamento do PPCAM: a melhoria dos relatórios e dos demais instrumentos de acompanhamento; o fortalecimento das parcerias com os estados e municípios; a construção de um modelo mais elaborado de desenvolvimento da Amazônia com a ampliação das ações de fomento às atividades produtivas sustentáveis e a ampliação da implementação do CAR.

Mauro Pires (MMA) destacou que essa revisão do PPCDAM abrangerá o período de 2012 a 2015 (3ª fase) e solicitou aos membros do COFA do segmento dos estados que fizessem um relato sobre o desenvolvimento de seus respectivos planos estaduais de prevenção e combate ao desmatamento.

Vicente Falcão (Mato Grosso) informou que através do Decreto nº 2.943, de 2010, o Estado do Mato Grosso criou o seu Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas (PPCDQ) e constituiu uma comissão executiva objetivando o acompanhamento e monitoramento da implementação das ações desse plano e a avaliação da compatibilidade com o PPCDQ dos projetos desenvolvidas no âmbito do estado de Mato Grosso a serem encaminhados ao Fundo Amazônia.

Acrescentou que a comissão executiva do PPCDQ realiza reuniões ordinárias bimestrais e que no período de 2006 a 2010 foi obtida uma redução de 68,28% na taxa de desmatamento em relação às metas estabelecidas pelo Decreto nº 2.943. Destacou, ainda, que se encontra em elaboração um relatório completo do desmatamento no estado, a ser divulgado na página da Secretaria Estadual de Meio Ambiente na Internet, onde já podem ser acessadas diferentes informações sobre o PPCDQ.

Juliano Del Castillo (Amapá) informou que, no Estado do Amapá, o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas (PPCDAP) foi finalizado em 2010, tendo estabelecido como diretrizes gerais a integração dos instrumentos de

monitoramento e controle com mecanismos de incentivos positivos às práticas sustentáveis; medidas de ordenamento fundiário; gestão compartilhada participativa envolvendo parcerias entre as três esferas do governo, organizações da sociedade civil e o setor privado; e o compartilhamento entre sociedade e populações rurais dos custos de manutenção dos serviços ambientais associados à conservação da floresta e outras formas de vegetação nativa.

Informou, ainda, que por conta da mudança de governo no estado houve dificuldade de implementar o PPCDAP, mas que já estão sendo retomados os contatos para o estabelecimento de parcerias a nível federal e municipal que permitirão o efetivo início de sua implementação.

Acrescentou que está sendo elaborado um projeto a ser apresentado ao Fundo Amazônia, priorizando as cadeias da madeira, açaí e castanha, bem como o pagamento por serviços ambientais. Manifestou que a implementação desse projeto, associada a outras iniciativas como o apoio ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), significarão a efetiva implementação do PPCDAP no Estado do Amapá.

Divaldo Rezende (Tocantins) informou que em 2009 o Estado do Tocantins publicou seu Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas. Acrescentou, ainda, que foi desenvolvido um programa de combate a queimadas com uma série de ações que resultaram na redução das queimadas em cerca de 67%.

Ressaltou que entre os principais objetivos do plano encontram-se o monitoramento, a gestão territorial da paisagem, a gestão florestal e o fomento de práticas produtivas sustentáveis. Mencionou, ainda, a importância que está sendo dada ao processo participativo, com o fortalecimento do Conselho Estadual de Meio Ambiente. Por fim, manifestou-se sobre a existência no estado de áreas de transição entre o cerrado e a floresta amazônica, entendendo que o apoio do Fundo Amazônia não deveria se restringir a apenas alguns municípios do Tocantins.

Mauro Pires (MMA) ressaltou a importância dos projetos associados ao combate a incêndios florestais, esclarecendo que os projetos dos estados do Mato Grosso e Tocantins, bem como de outros estados da região, foram formulados com o apoio da equipe do Ministério do Meio Ambiente, objetivando criar uma doutrina única para esses projetos.

Maria de Nazaré Mitschein (Pará), ao fazer referência ao Plano de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento do Estado do Pará (PPCAD), relatou que foi encaminhada à Assembleia Legislativa do Pará proposta de readequação institucional da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e de criação do Instituto de Gestão de Águas e Mudanças Climáticas do Pará.

Destacou que uma das inovações previstas é a criação em cada secretaria de estado de um núcleo de gestão ambiental, que será a instância de articulação entre aquela secretaria e a SEMA.

Rubens Sampaio (Pará) complementou que o estado do Pará se encontra no processo de adquirir um software para poder fazer o monitoramento e o controle do desmatamento em tempo real.

Simone Montenegro (Acre) relatou que naquele estado foi identificado que as pequenas propriedades é que estavam desmatando. Como consequência, o programa de preservação de florestas do Acre está somando forças na atuação junto às pequenas propriedades, tendo sido certificados mais de 3.000 produtores rurais pelo Instituto de Meio Ambiente do Acre.

Mauro Pires (MMA) agradeceu a todos as suas exposições e passou a palavra para Carlos Nobre (MCTI)

Com base na exposição de Johanness Eck sobre a avaliação dos resultados do PPCDAM, Carlos Nobre (MCTI) propôs a criação de um grupo de trabalho para que seja apresentado na próxima reunião do COFA uma proposta de atuação do Fundo Amazônia em ciência, tecnologia e inovação.

Foi deliberado que os representantes do MCTI e SPBC, com a colaboração do BNDES e demais membros que possam contribuir, elaborarão uma proposta de diretrizes e critérios para o apoio do Fundo Amazônia ao setor de ciência, tecnologia e inovação, a ser apresentada na próxima reunião do COFA.

Decisões e encaminhamentos
Os representantes do MCTI e SBPC, com a colaboração do BNDES, MMA e demais membros do COFA que possam contribuir, elaborarão uma proposta de diretrizes e critérios para o apoio do Fundo Amazônia ao setor de ciência, tecnologia e inovação, a ser apresentada na próxima reunião do COFA.

### **6.3. Relato do Seminário sobre Fundo Amazônia realizado pelo Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento**

Adriana Ramos (FBOMS) relatou que o FBOMS tem promovido reuniões e debates entre os seus membros para analisar o Fundo Amazônia e trazer suas recomendações. Informou que foi realizado um segundo seminário de avaliação do Fundo Amazônia, com a participação de diversas ONGs, inclusive com organizações que têm projetos aprovados pelo Fundo. Passou a seguir a apresentar algumas das reflexões sobre o andamento do Fundo que deveriam ser aprofundadas pelo COFA.

Informou que a visão geral é de que o Fundo Amazônia tem um papel estratégico para o desenvolvimento sustentável da região e existem vantagens positivas na sua gestão pelo BNDES. representando um desafio de sinergia com outras políticas e programas. Além disso, foi reconhecido o seu potencial de ser um modelo internacional; que o Fundo não deve substituir recursos orçamentários e que contribui para a efetivação de políticas públicas voltadas à sustentabilidade da região. Mencionou também que o fundo tem o potencial de promover sinergia entre iniciativas e práticas sustentáveis e que fortalece o engajamento e a participação dos diversos segmentos da sociedade em estratégias de conservação e uso sustentável da Amazônia.



Em seguida, apresentou sugestões de aprimoramento do Fundo Amazônia, com destaque para as seguintes:

- Definir eixos prioritários, em processos colaborativos com os públicos alvo já definidos como prioritários, e adotar a modalidade de chamadas públicas para promovê-los;
- Priorizar projetos que envolvam mais de uma organização, e que tenham governança compartilhada;
- Promover seminários do COFA com a equipe do Fundo Amazônia sobre temas chave (ex: licenciamento ambiental);
- Fomentar sinergia entre os executores por meio de workshops regulares ou temáticos;
- Sistematizar as lições já aprendidas de modo a gerar inteligência sobre o próprio fundo;
- Produzir manual com modelos, critérios, definições, informações sobre exigências a serem cumpridas na fase de submissão e execução de projetos, prestação de contas e prazos, para guiar o envio de novos projetos;
- Fortalecer e ampliar a equipe do Fundo Amazônia levando-se em conta a multidisciplinaridade dos perfis necessários (antropólogos, biólogos, engenheiros agrônomos e florestais etc);
- Como medida paliativa, de curto prazo, utilizar consultores dessas áreas ad-hoc para interagir com as equipes na análise dos projetos;
- Promover ferramentas para permitir o monitoramento colaborativo dos impactos dos projetos;
- Incluir nos custos operacionais do Banco o apoio a uma maior participação da sociedade no Fundo Amazônia;
- Incorporar o fortalecimento institucional das organizações da sociedade como uma estratégia para apoiar ações neste sentido, de modo a estimular projetos qualificados da sociedade;
- Aprimorar a comunicação com os proponentes nas diversas fases de tramitação e execução das propostas para que estejam claros e evidentes os entendimentos e decisões sobre o projeto;
- Definir com clareza os casos válidos para utilização dos 20% dos recursos a serem destinados a outros biomas e países.

Adriana Ramos (FBOMS) sugeriu, ainda, que seja apresentada, na próxima reunião do COFA, uma proposta de agenda de um grupo de trabalho que avalie como viabilizar o acesso das comunidades indígenas aos recursos do Fundo Amazônia. Maria de Nazaré Mitschein (Pará) e Lucio Flores (COIAB) manifestaram-se a favor dessa colocação, sendo que este último ressaltou que a COIAB tem o maior interesse nesta discussão que envolve os povos indígenas.

Eliziário Toledo (CONTAG) destacou que não se deve contar apenas com os recursos de doações do Fundo Amazônia para resolver o problema do passivo ambiental das propriedades rurais. Ressaltou que a questão do passivo ambiental dos agricultores se tornou caso de polícia e que serão necessários recursos públicos para resolver esse problema. Salientou que o processo de recomposição desse passivo ambiental deve ser participativo e levar em consideração as aspirações das comunidades interessadas.

Mauro Pires (MMA) saudou o trabalho apresentado pelo FBOMS, destacando a sua natureza criativa e propositiva, tendo sido deliberado pelo COFA que o FBOMS apresentará, em sua próxima reunião, uma proposta de agenda de um grupo de trabalho que avalie como viabilizar o acesso das comunidades indígenas aos recursos do Fundo Amazônia.

#### Decisões e encaminhamentos

O FBOMS apresentará ao COFA, em sua próxima reunião, uma proposta de agenda a ser desenvolvido por um grupo de trabalho que avalie como viabilizar o acesso das comunidades indígenas aos recursos do Fundo Amazônia.

#### **6.4. Critérios do BNDES para enquadramento de projetos no âmbito do Fundo Amazônia**

Elvio Gaspar (BNDES) inicialmente destacou que todos estão de acordo que as operações do Fundo Amazônia necessitam mudar de escala. Mencionou que a análise de pequenos projetos individuais é muito onerosa em termos de homem/hora e que com frequência é grande a distância que existe entre o pequeno proponente e as definições e exigências do BNDES.

Manifestou que essas relações ficam mais horizontais quando os interlocutores do BNDES são os estados federativos, os quais têm, inclusive, poderes relacionados ao licenciamento ambiental e à regularização fundiária. Nessa linha entende como fundamental o estabelecimento de parcerias estratégicas entre os estados, o Ministério do Meio Ambiente e o BNDES.

Acrescentou que o Fundo Amazônia também deverá privilegiar o apoio a projetos estruturantes de instituições do governo federal, tais como EMBRAPA, INPE e outras.

Quanto às organizações da sociedade civil, sustentou que estas deverão ser apoiadas para que venham a elaborar projetos em grande escala. Entre as alternativas de apoio externo às organizações da sociedade civil mencionou a possibilidade de utilização de consultores *ad hoc*; o apoio de cooperação técnica internacional; o fortalecimento de algumas ONGs para que dêem suporte às outras ou a estruturação de um escritório de projetos para o Fundo Amazônia.

Finalizou ressaltando a importância do Fundo Amazônia dar suporte interno e externo às organizações da sociedade civil, visando o seu fortalecimento não só para que sejam capazes de identificar e estruturar projetos e implementá-los, mas também para que essas organizações tenham sustentabilidade e sobrevivam no longo prazo ao lado dos órgãos do estado fortalecido, dessa forma assegurando a permanência dos êxitos que estão sendo obtidos no combate ao desmatamento.

## **7. Encaminhamentos/Definição próxima reunião do COFA**

<b>Decisões e encaminhamentos</b>
A próxima reunião do COFA será realizada na semana de 13 a 16 de dezembro de 2011.

## **8. Considerações Finais e encerramento:**

Mauro Pires (MMA) agradeceu a todos pela presença e a discussão construtiva realizada e declarou encerrada a reunião.

**9. Representantes presentes à reunião - Membros do COFA e seus suplentes indicados pelos dirigentes dos órgãos e entidades e designados pelo Presidente do BNDES, conforme Art. 2º, § 1º do REGIMENTO INTERNO DO COFA.**

Ministério do Meio Ambiente

Izabella Mônica Vieira Teixeira (titular)

Mauro Oliveira Pires (suplente)

Ministério das Relações Exteriores

André Odenbreit Carvalho (titular)

Ministério da Ciência e Tecnologia

Carlos Afonso Nobre (titular)

Carlos Alfredo Joly (suplente)

Casa Civil da Presidência da República

Rodrigo Lofrano Alves dos Santos (titular)

Leiza Martins Mackay Dubugras (suplente)

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Cibele Fernandes Dias Knoerr (titular)

Arnaldo Carneiro Filho (suplente)

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Elvio Lima Gaspar (titular)

Sergio E. Weguelin Vieira (suplente)

Estado do Amapá

Juliano Del Castilo Silva (titular)

Fabício de Paula Santos Gomes (suplente)

Estado do Mato Grosso

Vicente Falcão de Arruda Filho (titular)

Estado do Pará

Maria de Nazaré Imbiriba Mitschein (suplente)

Estado do Tocantins

Divaldo José da Costa Rezende (titular)

Estado do Acre

Simone Dantas Montenegro (representante indicado)

Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - FBOMS

Adriana Ramos (titular)

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB  
Lúcio Paiva Flores (titular)

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG  
Eliziário Noé Boeira Toledo (suplente)

Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal - FNABF  
Ramiro Azambuja da Silva (suplente)

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC  
Helena Bonciani Nader (titular)

#### **10. Representantes que não compareceram**

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Estado do Amazonas

Estado do Maranhão

Estado do Rondônia

Estado de Roraima

Confederação Nacional da Indústria – CNI

#### **11. Especialistas, convidados e observadores (Art. 5º. do REGIMENTO INTERNO DO COFA)**

<b>Externos</b>	
<b>Representação</b>	<b>Nome</b>
MMA	Bráulio Dias
MMA	Eduardo Assad
MMA	Karen Suessore
MMA	Carla Lisboa
MMA	Alexandre R. Jofiti
MMA	Cláudia Calório
MMA	Flávia Duarte Nascimento
MMA	Juliana F. Simões
MMA	Rogério Magalhães
MMA	Rejane Enngs

MMA	Nazaré Soares
SFB	Antonio Carlos Hummel
Casa Civil da Presidência da República	Johaness Eck
Governo do Pará	Rubens B. Sampaio
IBAMA	Curt Trennepohl
Secretário de Meio Ambiente do Amapá	Grayton Toledo
MAPA	João Cláudio da S. Souza
ERMAT- MT	Heitor David Medeiros
Embaixada da Noruega	Inge Nordang
Embaixada da Noruega	Patrícia Benthein
Embaixada da Noruega	Kristian Bergkson
Embaixada da Alemanha	Daniel Alker
KFW	Juergen Kern
KFW	Hubert Eisele
GIZ	Waldemar Wirsig
GIZ	Christiane Ehringhaus
TNC	Fernanda Viana de Carvalho
TNC	Ana Cristina Barros

<b>BNDES</b>	
<b>Área</b>	<b>Nome</b>
AMA/DEFAM	Ana Paula Almeida
AMA / DEFAM	Angela Albernaz Skaf
AMA/DEFAM	Bernardo von Haehling Braune
DIR5	Cibele Gonçalves Correa

AMA/DEFAM	Cláudia Costa
AMA/SUP	Cleber Zambarda
AMA/JUAMA	Daniela Baccas
AMA/DEFAM	Guilherme Arruda Accioly
AMA/DEFAM	Marcos Vinicius da Silva Rocha
AMA/DEFAM	Mariana Guimarães
AMA/DEFAM	Renata Del Vecchio Gessello
AMA/DEFAM	Simone Marafon Schneider
AMA/DEFAM	Telma de Castro Guimarães